

AS NOVAS PERSPECTIVAS MISSIONÁRIAS DA IGREJA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II.

Adilson Cristiano Habowski¹
Daniel Felipe Jacobi²

RESUMO

A igreja no seu sentido missionário precisa ter intenso interesse na busca da justiça social, pois a ação missionária constitui dar continuidade aos ensinamentos de Jesus Cristo para a transformação do mundo melhor na ótica do amor, do perdão, da misericórdia e de todos os valores para constituir o Reino de Deus. Numa perspectiva hermenêutica, o presente ensaio versa sobre as compreensões missionárias e suas nuances que embasaram a prática missionária da Igreja. Através de um resgate dos referenciais da fundação revela-se que desde o seu cerne o mesmo é missionário. No final do século XX, com as propostas do Concílio Vaticano II, novas frentes e abordagens foram adotados no campo missionário. Tais mudanças influenciaram a igreja como um todo, ocasionando muitos desafios, mas possibilitando um novo modo de ser para os tempos hodiernos, especialmente nos diversos contextos com a missão *Ad Gentes*. Por meio de fontes bibliográficas, busca-se apresentar o caminho apostólico percorrido enquanto igreja, que à luz dos sinais dos tempos, tem por propósito tornar Jesus Cristo conhecido e amado no mundo inteiro.

Palavras-chave: Missão; Concílio Vaticano II; *Aggiornamento*

ABSTRACT

The Church in the missionary sense your need to have intense interest in the pursuit of social justice, because the missionary activity is to give continuity to the teachings of Jesus Christ for the transformation of the world best in the love, forgiveness, mercy and all values to be the Kingdom of God. A hermeneutic perspective, this test deals with the missionary understandings and its nuances

¹ Discente do curso de Teologia pela Universidade La Salle – Canoas/RS. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

² Bacharel em Teologia pela Universidade La Salle – Canoas/RS. E-mail: danielfjacobi@hotmail.com



that published the missionary Church practice. Through a redemption of the principles of the Foundation reveals that since your heart the same is missionary. In the late 20th century, with the proposals of the Second Vatican Council, new fronts and approaches have been adopted in the mission field. Such changes influenced the Church as a whole, causing many challenges, but enabling a new way of being for the times today, especially in various contexts with the mission *Ad Gentes*. Through bibliographical sources, present the Apostolic path traversed while Church, that in the light of the signs of the times, has the purpose to make Jesus known and loved worldwide.

Key-words: mission. Vatican Council II; *Aggiornamento*.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A igreja é missionária desde a sua essência e, em diversos contextos e momentos, isso transpareceu. Assim, ante a esses preceitos surge a indagação: que compreensões missionárias estão inscritas nos documentos do Concílio Vaticano II? Com o intuito de buscar essa resposta, faz-se necessário reconhecer a natureza missionária do mesmo e caracterizar o papel do Concílio Vaticano II no viés missionário e ressaltar as perspectivas para o futuro da ação missionária da Igreja. Igualmente, este trabalho justifica-se a partir do interesse do autor acerca da missão em nível eclesial e a partir da vivência e atuação na missão. A missão, mesmo que lida em uma ótica congregacional, pode ser estendida a qualquer instância cristã, uma vez que todos os cristãos possuem uma só missão, que é o anúncio da Boa Nova para a irrupção do Reino de Deus. A metodologia a ser utilizada neste trabalho pode ser classificada quanto à abordagem como qualitativa, quanto à natureza como básica, já que se propõe a buscar novos conhecimentos sem aplicação prática, quanto aos objetivos como exploratória, uma vez que exige levantamento bibliográfico; e quanto aos procedimentos técnicos, como pesquisa Bibliográfica.

Ancorados na perspectiva hermenêutica, visamos promover uma fusão de horizontes para adentrar no universo interpretativo e buscar os sentidos dos discursos e dos textos produzidos sobre a missão. Dentre todas as criações humanas, “a linguagem humana deve ser pensada como um processo vital particular e único, pelo fato de que no entendimento linguístico se torna manifesto o mundo” (GADAMER,

2005, p. 647), sendo o círculo dialógico um dos meios para a realização de entendimentos entre os interlocutores. Daí que a dimensão hermenêutica provém da abertura à linguagem comum entre as pessoas, que faz brotar novos sentidos para a dimensão de dar voz ao outro, reavaliando o que é bom e correto na vida em comunidade e fazendo surgir novos contextos, que são produtos da ação coletiva em processos circulares de cultura e na interdependência compreensiva do diálogo que acontece na missão.

2. O CONCÍLIO VATICANO II E O NOVO ENFOQUE MISSIONÁRIO

2.1. A missão nos primórdios e na história da Igreja Cristã

A missão da igreja e seus desdobramentos com a sociedade, conforme demonstrada nas Sagradas Escrituras, envolve várias dimensões através de parâmetros e compromissos teológicos, para que Jesus seja anunciado através da Igreja Cristã povo de Deus. Assim, a missão precede à Igreja tornando-se base da existência eclesial: “existe Igreja porque existe missão, não vice-versa” (BOSH apud AAGAARD, 2014, p.468). Mas nem sempre foi assim que ambos foram entendidos, ao passo que no decorrer dos tempos muitos entendimentos foram atribuídos à missão, cada qual fruto do seu tempo. Alguns colocando a missão a serviço da Igreja e do Estado. Segundo Suess (cf. 2009, p. 92), a missão assumiu duas características no decorrer dos tempos. A primeira rejeitando totalmente a diferença alheia, onde os não cristãos, os pagãos (do latim ***pagani***= rude, atrasados) eram considerados seres ***perdidos***. E a segunda reconhecendo o diferente como local da pregação evangélica. “De um modo geral, pode-se dizer que a missão atrelada ao poder, como na cristandade latino-americana, fez poucos esforços de assunção ou inculturação.” (SUESS, 2009, p. 92). Segundo Raschiatti (2011, p. 7), “a missão cristã aos diferentes povos foi muitas vezes marcada por um trágico senso de superioridade, pela negação do outro e pela sangrenta expansão colonial, pois os destinatários da missão não eram todos os povos, mas apenas os considerados selvagens”.

Deste modo, no transcorrer da história da Igreja, a sua missão foi compreendida de várias maneiras. Bosch (2002, p. 466) sugere que “às



vezes ela foi interpretada primordialmente em termos soteriológicos: como salvar indivíduos da condenação eterna. Ou em termos culturais: como apresentar pessoas do Oriente e do Sul as bênçãos e privilégios do Ocidente Cristão”. Mas foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial que, de forma gradual processou-se uma mudança de paradigmas enquanto missão, tornando-se Karl Barth um dos primeiros teólogos a articular a missão enquanto atividade do discípulo de Deus e não enquanto função exclusiva da igreja. Nesta perspectiva, a atitude missionária recebe um novo rosto, tornando-se não apenas uma ação proselitista, mas a partir do ponto de vista da *missio Dei*. Conforme Kivitz (2012, p. 61),

O paradigma da *missio Dei* afirma que o papel da igreja é representar a Deus no e diante do mundo. Essa perspectiva missiológica também afirma que Deus é o principal agente da missão, ele age por meio da igreja, com a igreja, além da igreja, apesar da igreja e, de vez em quando, contra a igreja. Além de considerar que o objetivo da missão não se restringe a “ganhar almas e plantar igrejas”.

Nesse sentido, a missão é derivada da natureza de Deus, fazendo com que a missão não seja da igreja, mas de uma extensão da missão de Deus através do Espírito Santo enviando a igreja para dentro do mundo. O modo de pensar da *missio Dei* faz com que a igreja dilatasse a concepção de missão enquanto restritamente para cativar os fiéis, dando mais abertura e possibilidades para as pessoas. Conforme Carriker (2007, p.11), na atividade missionária “o ministério integral é bidirecional. Não está de costas nem ao mundo e nem à igreja. Isto é, inclui não só a preocupação pastoral e de edificação, como também o preparo e envio da igreja ao mundo — o trabalho dia-a-dia do cuidado pastoral com fins evangelísticos”.

Portanto, do propósito de anunciar o Evangelho como instauração do Reino de Deus, do Reino que a todos acolhe³, passou-se

³ A grande missão de Jesus (implantar o Reino de Deus) encontrava-se no acolhimento de todos. O Reino de Deus não segue os princípios da meritocracia, privilegiando um grupo determinado. O Reino é para todos. A missão de Jesus “abarca tanto os pobres quanto os devotos. Sua missão consiste em desfazer a alienação e em derrubar muros de hostilidade, em cruzar fronteiras entre indivíduos e grupos” (BOSCH, 2014, p. 48).

a uma missão exclusivista, que com o intuito de **salvar as almas**, deu privilégios aqueles que se encontravam **convertidos**. Tal frente chegou a tamanhos extremos, que todo aquele que não aderira à pregação, não era digno de viver. A relação da Igreja Cristã com o Estado acarretou, especialmente no período colonialista, que o batismo, símbolo da adesão aos preceitos cristãos, fosse sinal da submissão dos povos colonizados. A missão cristã submergiu seu sentido estritamente religioso, passando a expressar também instâncias políticas. A missão em prol da **salvação das almas**, que resultava na conversão dos povos (do latim **Ad Gentes**), continuou, mas sem dar um atencioso olhar às múltiplas e diferentes realidades que existiam à volta. Sem o batismo e a adesão total ao cristianismo, não se teria libertação. Esta era obtida somente junto a Cristo. Tudo isso foi acolhido de tal modo que, esse entendimento fez-se vigente durante muitos anos, ocasionando certa imposição da doutrina cristã sobre os povos não cristãos.

2.2 A necessidade de resposta aos sinais dos tempos: Concílio Vaticano II

A modernidade havia possibilitado novos olhares e caminhos para a humanidade, que gradativamente foram tornando a Igreja alheia ao mundo, principalmente pelo fato de ela manter-se fechada em seus dogmas⁴. Foi frente a essa realidade de opressão e de mudanças que a Igreja mudou sua postura e voltou-se para o mundo. A esperança no coração da humanidade brotou quando João XXIII (1958-1963) convocou um Concílio Ecumênico. Sua proposta na convocação do Concílio Vaticano II era de um **aggiornamento** na Igreja, uma atualização e reestruturação que a levasse ao encontro do mundo contemporâneo (cf. MIRANDA, 2006, p. 232). A mensagem inovadora desse concílio frente aos concílios precedentes era que ele não possuía um enfoque de combate e de oposição, mas de abertura e diálogo. Catão atesta que,

⁴ O caráter dogmático eclesial é visível no fato de que “[...] a postura defensiva da Igreja católica tornara-se tão consolidada que parecia algo conatural à própria Igreja” (ALBERIGO, 2005, p. 393).

Convoca-se, pois, o Concílio não para combater cismas e heresias no seio da cristandade, como anteriormente, nem para elevar uma ralha contra os erros modernos, como aconteceu no século XIX, senão, como num "novo Pentecostes", para renovar a Igreja a partir da realidade da história e torná-la capaz de cumprir a sua missão a serviço de todos os humanos. (2004, p. 98).

O Concílio aberto por João XXIII⁵ no dia 11 de outubro de 1962, ocorreu em 4 etapas, sendo somente finalizado pelo Papa Paulo VI no dia 08 de dezembro de 1965. Em todo o seu desenvolver, “fazia-se mister atualizar a mensagem da salvação procurando exprimi-la para o mundo moderno. Aqui se situa a originalidade do Concílio Vaticano II” (MIRANDA, 2006, p. 233). Para isso, fez-se uma volta às fontes cristãs, à experiência comunitária dos apóstolos e das primeiras comunidades cristãs, de forma a manter-se fidedigno ao projeto do Reino. Padilha (1992, p. 207) destaca que “a missão da igreja só pode ser entendida à luz do Reino de Deus”, de modo que tratar do Reino de Deus é o projeto de Deus para com a criação, tratando-se essa a missão que a igreja precisa necessariamente concretizar. Nas palavras de Padilha (1992, p. 206),

Tanto a evangelização como a responsabilidade social podem ser entendidas unicamente à luz do fato de, em Cristo Jesus, o Reino de Deus ter invadido a história e agora é uma realidade presente e ao mesmo tempo uma esperança futura, um “já” e ao mesmo tempo um “ainda não”. Neste sentido, o Reino de Deus não é o melhoramento social progressivo da humanidade, segundo o qual a tarefa da igreja é transformar a terra em céu, e isto agora e nem “o reinado interior de Deus presente nas disposições morais e espirituais da alma, com base no coração”. Antes, ele é o poder de Deus, liberto na história, que traz boas novas aos pobres, libertando aos cativos, vista aos cegos e libertação aos oprimidos.

⁵ Para a tristeza dos cristãos, em meados do Concílio, ocorreu a morte do Papa João XXIII, no dia 3 de junho de 1963, provocada por causa de um câncer no estômago. Sendo eleito, como seu sucessor e continuador da renovação eclesial iniciada por João XXIII, o card. João Batista Montini, que tomou o nome de Papa Paulo VI.



Nessa perspectiva, a evangelização e a ação social são intrínsecas, pois “o evangelho é boa nova acerca do reino de Deus. As boas obras, por outro lado, são os sinais do Reino”, que através da “palavra e [d]a ação são indissolivelmente unidas na missão de Jesus e de seus apóstolos, [fazendo com que] devemos mantê-las unidas na missão da igreja, na qual se prolonga a missão de Jesus até o final do tempo” (PADILHA, 1992, p. 206). E nisso, o **aggiornamento** não coloca o cristão como telespectador do mundo, mas como protagonista desse. O cristão deixa de ser entendido e de se entender como o portador exclusivo da mensagem de Cristo, e passa a se tornar o anunciador dela a todos os povos, na busca de constituir um só corpo, uma só humanidade. E nesse processo, a Igreja, ao encontrar-se com o desconhecido, passa a conhecê-lo. Aqui se faz imprescindível o diálogo, que não requer somente fala, mas também escuta, fazendo com que a Igreja aprenda, inove, questione-se a partir dessa relação que é construída (cf. MIRANDA, 2006, p. 234).

As reflexões emergidas no decorrer do Concílio Vaticano II revelaram que o “principal propósito [da Igreja] não era **ad intra**, ficar olhando para si mesma, mas **ad extra**, estando a serviço da humanidade” (SOUZA, 2004, p. 64). Para atingir tal feito, o Concílio estipulou 10 comissões que tomaram a frente das reflexões⁶. Dentre essas comissões encontravam-se as missões e o apostolado dos leigos, os quais resultaram em esquemas, que após debatidos e reformulados foram aprovados pelos Padres Conciliares, resultando em constituições e decretos. Como assegura Souza

O Vaticano II não deve ser analisado somente com base em seu resultado final: os textos conciliares. A análise deve ser do conjunto: preparação, evento conciliar e pós-Concílio. A preparação dos textos, a votação e a publicação dos documentos são o resultado de grandes discussões entre as forças “conservadoras” e “progressistas”. (2004, p. 34).

⁶ “Dez comissões – 1) teológica, 2) administração das dioceses, 3) clero e povo, 4) sacramentos, 5) liturgia, 6) estudos eclesiais, 7) ordens, 8) Igrejas orientais, 9) missões, 10) apostolado dos leigos — e dois secretariados - 1) para os meios de comunicação social e 2) para a unidade dos cristãos.” (SOUZA, 2004, p. 29-30)



Costas (1994, p. 111) destaca que a missão da igreja está conectada ao crescimento da igreja numa perspectiva quadridimensional enquanto reino de Deus e que está ligado com a execução da missão que a igreja tem, fazendo repercutir em todas as dimensões da igreja que são: **numérica, orgânica, conceptual e diaconal**. Como a própria afirmação já diz, a dimensão numérica está relacionada com o crescimento numérico que a igreja precisa, tornando-se uma questão essencial, pois proclamando os ensinamentos de Cristo, tem-se a possibilidade de congregar para a Igreja novos féis, para que façam parte desta comunidade cristã enquanto povo de Deus recebendo também o chamado de ser missionário. Este quesito de fato é importante, pois a igreja precisa continuar sua missão sendo necessário um contínuo agrupamento de pessoas dispostas a viver e proclamar os ensinamentos de Cristo. Necessariamente, nessa dimensão está envolvido o anúncio do evangelho e a conversão. Desta forma, Costas (1994, p. 114) destaca que a dimensão numérica, numa perspectiva teológica e mais precisamente missiológica, pois “tem a ver com a vida e conflitos pessoais de multidões de homens e mulheres que vivem alienados de Deus, de si mesmos e de seu próximo, sem amor, sem paz e esperança, na necessidade de reconciliação e incorporação ao povo que Deus está formando”.

Na dimensão orgânica da missão da igreja está envolvido o desenvolvimento interno da comunidade da fé que está imbricada ao sistema de relação entre os membros a sua forma de governo, a estrutura financeira, os líderes, as atividade na quais se dedica tempo e seus recursos utilizados. A igreja enquanto organismo vital, precisa estar atenta para que ocorra uma boa articulação em todos seus segmentos, estando sempre bem fortalecidas, cuidadas, estimuladas e na medida do possível dispostas para que toda a conjuntura possa trabalhar com bom desempenho. A dimensão orgânica, conforme Costas (1994, 113),

tem a ver com questões de cultura e contextualização, formação e mordomia, comunhão e celebração. Ela nos confronta com a necessidade de que a igreja seja uma comunidade autóctone, crioula, que forma seus membros, administra seu tempo, talentos e recursos, fomenta a comunhão dos féis entre si e com seu Deus e celebra a sua fé em linguagem popular, incorporando criticamente seus



símbolos, criações e valores, identificando-se com sua situação histórica e social.

Na dimensão conceptual, conforme Costas (1994) se destaca a importância que a igreja pense cada vez mais sobre a fé, e mais especificamente sobre a força da palavra e da oração. A fé não se esgota somente mediante a imersão da confiança no insondável mistério da graça divina, com a totalidade de nossa adesão, de entrega pessoal, mas principalmente através de responsabilidade com a história, com a realidade concreta em que vivemos. A falta de comprometimento do cristão na transformação das estruturas sociais reflete uma fé sem vivência, sem ligação com a realidade e, com a práxis histórica. O cristianismo é essencialmente o conhecimento e a práxis, uma complementa a outra, contudo, para que haja uma prática eficaz, precisa-se de uma boa teoria que a sustente. Nesta dimensão, toma-se mais consciência sobre os sentidos da fé, tornando compreendê-la com todas as suas dimensões procurando o seu amadurecimento, identificar também a interação com a história e seu modo de se apresentar no mundo.

A dimensão conceptual oferece para a igreja uma segurança mais racional para trabalhar com as doutrinas e para aguçar a capacidade crítica diante dos acontecimentos da sociedade e da igreja. Ora, uma missão que em seu discurso (teoria) ou em sua ação (prática), não age à luz da reflexão formando uma práxis, está fadada a mesmice como no **mito de Sísifo**. Uma missão a que não é práxica não evolui. Tanto a teoria, quanto a prática em si mesma são improficuas. Na medida em que elas se relacionam, gerando novas reflexões, novos caminhos são alcançados, dando respostas aos novos clamores que surgem com os tempos. Afinal de contas, a missão existe e sustenta a pertinência e a legitimidade do seu discurso a partir da práxis teológica, isto é, a partir do seu lugar social: o mundo do pobre; dos que estão à margem, das situações de exclusão. O missionário é convidado a situar sua reflexão em conformidade com a vida, ao passo que o discurso teológico tem respaldo transformador na vida concreta. Nesse caminho, difícil de trilhar, o missionário exerce a função de captação e rompimento de qualquer discurso ideológico ou de sustentação do **status quo**, para que em segundo instante possa-se fazer uma volta às fontes Bíblicas e da Tradição a fim de construir uma nova preleção teológica. Esse novo

discurso, que é propositivo libertador, uma vez que está desprendido de qualquer elemento ideológico, será confrontado e refletido com a prática. É nesse diálogo, entre a teoria ou discurso coerente e condizente com a fé e a prática, com a vida em sua situação mais concreta, que se consiste na práxis. Ante uma situação de opressão, não é possível a realização de uma prática libertadora, sem a sustentação de uma reflexão primeira. A práxis cristã somente ocorre quando fé reflete à vida, e vida reflete à fé.

Retornando para a quarta e última dimensão da missão da igreja que Costas (1994) nos apresenta é a diaconal, que trata a respeito do serviço que a igreja exerce ao mundo enquanto concretude do amor salvífico de Deus para com seu povo. Essa concretude acontece através da participação da vida das pessoas, dos seus conflitos, das esperanças que as comunidades possuem, ajudando a aliviar os sofrimentos humanos com a finalidade de transformar as realidades sociais que têm condenado milhares de pessoas inocentes para a pobreza. Costas (1994, p. 15), nos afirma que sem essa dimensão fortemente presente na igreja, se submerge a verdadeira missão da igreja, pois ela precisa ter concretude através do amor e do serviço, com o envolvimento bastante atuante nas batalhas e nos problemas que a sociedade enfrenta.

2.3 A missão a partir de um novo olhar

Muito se debateu no decorrer do Concílio sobre a Missão da Igreja no mundo, tanto que o Decreto *Ad Gentes*⁷, resultante dos esquemas e debates sobre missão, somente foi aceito em 7 de dezembro de 1965, um dia antes da conclusão do Concílio Vaticano II. Assim, pode-se reconhecer o Concílio Vaticano II com seu Decreto *Ad Gentes*, como um marco divisor no entendimento missionário eclesial. Os ambientes não cristãos não são mais vistos de forma hostil, como habitações do demônio que devem ser salvas pela palavra de Cristo, mas como locais em que o Evangelho deve ser anunciado e aceito livremente, afirmando que “a Igreja proíbe severamente obrigar que

⁷ Suess (2006, p. 120) nos atesta que, “ao texto definitivo do “Decreto *Ad Gentes* sobre a Atividade Missionária da Igreja”, de 7 de dezembro de 1965, precederam 7 documentos, que permitem acompanhar as lutas pelo significado do paradigma “missão” e o processo lento da construção de um consenso em torno de uma Igreja que não põe mais no centro o ter missões, mas o ser missionário”.

alguém seja coagido a abraçar a fé, e que seja induzido ou aliciado por meios importunos” (AG n° 13). Missão é muito mais que conversão, é “[...] a própria essência da Igreja, chamada a ser testemunha de Jesus Cristo no mundo e na história, até os confins da terra e até os fins dos tempos” (RASCHIETTI, 2011, p. 16).

Passa-se a entender missão no âmbito *ad intra* (para dentro) quanto *ad extra* (para fora), de forma que o evangelho deve ser testemunhado aos novos povos, mas também cultivado constantemente no interior da própria Igreja, concepção essa inexistente no período anterior ao Concílio Vaticano II. A vocação missionária é dada no batismo a todos os cristãos, de forma que o Vaticano II coloca a responsabilidade de anunciar e testemunhar o evangelho a todos os cristãos. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, ressalva sobre o posicionamento eclesial frente o chamado missionário a todos os cristãos, “por sua parte [Igreja], incumbe a cada discípulo de Cristo o dever de disseminar a fé” (LG n° 17).

O desejo ardente de João XXIII através do Concílio era de uma Igreja que fosse de todos, de forma especial dos pobres, que na realidade só foi compreendido por uma minoria e colocado em prática, com maior amplitude, na América Latina. Com esse desejo, a *Lumen Gentium* é uma das Constituições conciliares de grande relevância que marcaram a eclesiologia, uma vez que significa uma nova compreensão enquanto Igreja. Entre as inúmeras contribuições da constituição, ressalta-se o resgate da consciência da Igreja de ser comunhão com Cristo, aproximando os fiéis na unidade através da Trindade pela ação do Espírito. Nessa perspectiva, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* precisa ser analisada levando em consideração toda a história da eclesiologia tendo como horizonte de sentidos a grande evolução o novo entendimento de Igreja. Esta é resultante de vários movimentos nas áreas bíblica, litúrgica, pastoral, ecumênica e dogmática. O Concílio, então toma contato de si, reavaliando as posições doutrinárias, do viver eclesial, da liturgia e da moral das pessoas e da sociedade, reestruturando o passado eclesial. Nesta nova construção da Igreja, a *Lumen Gentium*, torna-se o documento central do Concílio Vaticano II, evidente que ela não pode ser neutra em relação aos demais documentos do Concílio, mas os demais se estruturam a partir da sua construção.

A categoria Povo de Deus é colocado na ***Lumen Gentium*** como o símbolo de toda a mudança que o Concílio Vaticano II queria imprimir sobre a Igreja. A escolha do tema Povo de Deus expressa a forma de conceber a Igreja como uma volta às suas origens, voltando às fontes da Igreja, às fontes bíblicas. A expressão ***aggiornamento***, bastante expressiva em João XXIII, tornou-se

(...) a expressão que melhor caracterizou a sua intenção ao convocar o Concílio Vaticano II. Esse *aggiornamento*, ou atualização, fez com que a Igreja repensasse a sua eclesiologia. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, parte da dimensão do mistério da Igreja, sua fonte trinitária e se apresenta logo a seguir como Povo de Deus, destacando a igualdade de todos os seus membros por meio do Batismo. Só depois que é tratada sua hierarquia como servidora de todos os batizados. Portanto, ao invés de destacar o clero e a hierarquia, a Igreja auto definiu-se primeiro como Povo de Deus, rico em carismas dados pelo Espírito Santo. Carismas que constituem a base dos seus ministérios, inclusive aos da hierarquia, inserido dentro e não acima do Povo de Deus. (JORDÃO, 2011, p.56)

A constituição transcorre por três artifícios principais (essas três questões foram transcorridas nos três primeiros capítulos) para atingir a eclesiologia de comunhão, que consiste através do mistério da Igreja; pela comunhão do Povo de Deus e pela comunhão hierárquica. A categoria Povo de Deus é colocado na ***Lumen Gentium*** como o símbolo de toda a mudança que o Concílio Vaticano II queria imprimir sobre a Igreja. A escolha do tema Povo de Deus expressa a forma de conceber a Igreja como uma volta às suas origens, voltando às fontes da Igreja, às fontes bíblicas. Assim,

a coesão e continuidade organizada dos fiéis se pode melhor exprimir pela categoria Povo de Deus. Todo povo tem sua história e sua gesta, uma consciência de seus valores e idiossincrasias, um projeto histórico ao redor do qual todos se congregam em um poder de organização. A Igreja, como Povo de Deus, possui tudo isto, mas uma perspectiva religiosa, sobrenatural e transcendente. Todos



pertencem ao povo, anteriormente a qualquer distinção interna; assim num primeiro momento, todos no Povo de Deus são iguais, cidadãos do Reino. A missão não é confiada a alguns, mas a todos; portadores do poder sagrado são inicialmente todos e só secundariamente os ministros sacros. Todos são enviados a anunciar a boa-nova. (BOFF, 1981, p.235)

A constituição deu passo além da perspectiva predominantemente jurídico. Passou, então, a deter-se principalmente no desígnio de Deus para a realidade da Igreja, numa perspectiva de reconhecer a todos como Povo de Deus, tal como era na época de Jesus. Com o Concílio Vaticano II, portanto, dá-se a transição de uma Igreja vista como desigual baseada em uma eclesiologia jurídica e hierárquica, para uma Igreja Povo de Deus, baseada na dignidade e na missão de todos os seus membros. Deste modo,

ao escolher o título do capítulo O Povo de Deus e em especial os Leigos, os padres conciliares demonstraram desta maneira que todos os batizados, sejam eles clérigos e leigos, são neste povo, chamados por Deus. Reaparece, ao mesmo tempo, uma dimensão nova da eclesiologia, talvez a mais antiga no ponto de vista bíblico; este capítulo ao ficar como o II do esquema, não é uma adaptação, mas sim um verdadeiro recurso teológico. Supera-se, então, a visão de que a hierarquia aparece como “causa formal” e o povo fiel como causa “material”, descobre-se uma perspectiva bíblica, que se apresenta essencial, que não se pode separá-la do primeiro capítulo sobre o mistério da Igreja. Este povo está no plano de salvação de Deus, na ordem de finalidade, enquanto a hierarquia é um meio em vista desta finalidade, portanto se faz necessário ver o povo em sua totalidade cooperando na difusão e santificação da Igreja inteira. (JORDÃO, 2011, p.11)

O conceito Povo de Deus aplicado à Igreja tem sua fundamentação bíblica, desenvolvido na Patrística e retomado no Concílio Vaticano II como a continuidade do povo de Israel. Um princípio otimista do Concílio foi de haver superado um entendimento identificado como Igreja hierárquica, exemplo disso, os leigos eram



vistos apenas como submissos e simplesmente expectadores da vida da Igreja. A nova consciência eclesial dá destaque no papel de todo leigo batizado, que consiste em seguir e anunciar a Boa nova de Jesus para todos os povos. A Igreja, como Povo de Deus, abriu-se num movimento que se estendia no chamado de cada fiel nas suas comunidades.

A coesão e continuidade organizada dos fiéis se pode melhor exprimir pela categoria Povo de Deus. Todo povo tem sua história e sua gesta, uma consciência de seus valores e idiossincrasias, um projeto histórico ao redor do qual todos se congregam em um poder de organização. A Igreja, como Povo de Deus, possui tudo isto, mas uma perspectiva religiosa, sobrenatural e transcendente. Todos pertencem ao povo, anteriormente a qualquer distinção interna; assim num primeiro momento, todos no Povo de Deus são iguais, cidadãos do Reino. A missão não é confiada a alguns, mas a todos; portadores do poder sagrado são inicialmente todos e só secundariamente os ministros sacros. Todos são enviados a anunciar a boa-nova (BOFF, 1981, p.235)

Aqui, portanto, entra a atuação leiga, muito valorizada e expressa no concílio, tanto que desse apelo, por uma atuação presente e imprescindível dos leigos no mundo, emergiu o Decreto Conciliar ***Apostolicam Actuositatem***, sobre o apostolado dos leigos e leigas. Esse documento conciliar afirma que,

Os leigos exercem o seu apostolado multiforme tanto na Igreja como no mundo. Em ambas essas esferas abrem-se diversos campos de atividade apostólica. Dentre eles queremos lembrar aqui os mais importantes, como sejam: as comunidades da igreja, a família, os jovens, o meio social, a esfera nacional e internacional. Uma vez porém que em nossos dias as mulheres, cada vez mais, tomam parte mais ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla também nos vários campos de apostolado da Igreja. (AA nº 9).

As concepções missionárias contemporâneas nos desafiam, pois seu grande objetivo é testemunhar a Boa Nova de Cristo. Não basta



somente saber a doutrina cristã, é preciso dialogar, respeitar e acolher as outras religiões. Nesses espaços, “os missionários ao menos podem e devem testemunhar a caridade e beneficência de Cristo, e assim preparar os caminhos do Senhor e Torná-l’O de algum modo presente” (AG n° 6), estando cientes, conforme o Decreto *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as Religiões não cristãs, do “dever de promover a unidade e a caridade entre os homens, e mesmo entre os povos, considera aqui sobretudo o que é comum aos homens e os move a viver juntos o seu destino” (NA n° 1). Esse entendimento, não é contrário à missão *Ad Gentes*, mas favorável, já que busca uma unidade de toda a humanidade. A formação do clero e dos missionários, por isso, deve estar voltada “no espírito do ecumenismo e bem preparados para o diálogo fraterno com os não cristãos” (AG n° 16). A *Redemptoris Missio* (n. 55) atesta que “o diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, ele não está em contraposição com a missão *ad gentes*; pelo contrário, tem laços especiais com ela”.

Todavia, mesmo o Vaticano II sendo o propulsor da abertura da Igreja ao mundo e de um novo modo de agir missionário, ainda se conceitua linguisticamente missões no Decreto *Ad Gentes*, como “iniciativas dos arautos do Evangelho que, enviados pela Igreja vão pelo mundo [...] pregar o Evangelho e fundar a própria Igreja entre os povos e as culturas que ainda não creem em Cristo” (AG n° 6). É notório o desafio de entendermos a pregação do Evangelho além da pregação e difusão de uma religião, mas como proclamação e defesa da vida, do ser humano enquanto criatura do Criador. Na valorização da singularidade e da diferença se constituirá uma nova humanidade.

A missão da Igreja tem por natureza um caráter universal, por isso “a Igreja começa a ser missionária não através de sua proclamação universal do evangelho, mas através da universalidade do evangelho que ela proclama” (BOSCH *apud* FRAZIER, 2014, p.27). O Evangelho deve ser fonte de mudanças e vida, indiferente da cultura ou religião que se professe. Em cada criatura já se encontram as “sementes do verbo” (AD n° 11), e somente faz-se mister que elas sejam germinadas e gerem vida, constituindo todos os povos em uma só comunidade (cf. NA n° 1).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primórdios do cristianismo a face missionária, cujo propósito era regenerar a fé no mundo através da prática missionária, é evidente, não sendo possível desassociar o carisma da igreja e da sua missão evangelizadora. Em meio a isso, a distância da Igreja frente a sua contemporaneidade revelava-se gradativamente maior, de modo que as misérias do mundo, calamidades e necessidades emergentes suscitaram novas posturas. Nessa ótica caminhou o Concílio Vaticano II (1962/1965) propondo o *aggiornamento* e a “volta às fontes” primeiras da Igreja. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja e as Congregações foram renovadas. Fez-se necessário um novo olhar às necessidades mais imediatas, de forma que, o documento *Ad Gentes* (às nações), declaração do Concílio sobre as missões, lançou um olhar atencioso ao mundo não cristão, mostrando novas formas possíveis de viver e superar as carências e misérias. Essa mudança marcou-se pela saída da zona de conforto rumo a um contexto desafiador, mas rico pela sua diversidade. Essa missão não significa levar o catecismo e desempenhar atividades catequéticas, mas despir-se de si, de sua singularidade e prostrar-se frente ao diferente em posição de escuta. Como o Concílio Vaticano II salientou, lá já estão presentes as Sementes do Verbo, o que os missionários necessitam é despertá-las.

Esse modo de agir não deturpa e não rompe com o carisma missionário fundacional, mas revela fidelidade e compromisso com o mesmo. Se a missão não for realizada à luz dos sinais dos tempos, ela jamais suprirá as necessidades emergentes do momento, fazendo-se indispensável essa relação da missão com a realidade, já que é nela que ela ocorre. Não podemos, portanto, determinar qual compreensão ou prática missionária será mais condizente com a missão da igreja nos novos contextos que hão de emergir, é preciso deixar que os sinais dos tempos nos revelem suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Vozes: Petrópolis, 1981.

BOSH, David J. **Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.



CARRIKER, Timóteo. **O ministério Integral: Reflexões sobre Efésios 3-4**. Disponível em:

<<http://ultimato.com.br/sites/timcarriker/files/2007/09/ministerio-integral.pdf>>. Acesso em: 23 abril 2017.

CATÃO, Francisco Augusto Carmil. *O perfil distintivo do Concílio Vaticano II: recepção e interpretação*. in: GONÇALVES, Paulo Sergio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. P. 95-115.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Petrópolis: 1968.

COSTAS, Orlando E. *Dimensões do Crescimento Integral da Igreja*. in: STEUERNAGEL, Valdir Raul (org.). **A missão da Igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio**. Belo Horizonte: Missão Editorial, 1994.

DECRETO CONCILIAR AD GENTES. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Petrópolis: 1968.

DECRETO CONCILIAR APOSTOLICAM ACTUOSITATEM. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Petrópolis: 1968.

DECRETO CONCILIAR NOSTRA AETATE. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Petrópolis: 1968.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 7. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer (revisão da tradução de Enio Paulo Giachini). Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: EDUSF, 2005.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Redemptoris Missio** (Sobre a validade permanente do mandato missionário). São Paulo: Paulinas, 2003.

JORDÃO, José Cláudio. *Estudo do conceito “Povo de Deus” na Lumen Gentium*. São Paulo: PUC-SP, 2011, (Dissertação Mestrado). Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13867> Acessado em: 28 abril 2017.

KIVITZ, Ed René. *Novo paradigma para uma missão relevante*. in: RAMOS, Ariovaldo; BITUN, Ricardo (orgs.). **Lutando pela igreja:**



reflexões e configurações de uma igreja relevante para o século 21. São Paulo: Hagnos, 2012.

MIRANDA, Mario França. *O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo aggiornamento. Perspectiva Teológica*, Minas Gerais, v. 38, n. 105, pp. 231-250, 2006.

RASCHIETTI, Estevão. **Ad Gentes: texto e comentários**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Ney. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. in: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBANATTO, Vera I. (orgs.). **Concílio Vaticano II: análises e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. pp. 17- 67.

SUESS, Paulo. **Introdução à teologia da missão**: convocar e enviar: servos e testemunhas do Reino. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.